

CONTRATO Nº 156/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 099/2017
Processo no LC n.º 156/2017 – Homologado em 17/07/2017

Contrato de Fornecimento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa **PHARMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

CONTRATANTE: Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor **LEOMAR ROHDEN**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.630.683-0/PR e do CPF nº 550.079.379-91, residente e domiciliado na Rua Guaratuba, n.º 398, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, e

CONTRATADA: **PHARMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 20.138.626/0001-76, estabelecida na Rua Ponta Grossa, n.º 3188, sala A, Bairro São Crsitovão, Cascavel Paraná, CEP 85.816-270, telefone para contato, (45) 3306-3708, neste ato representada por seu Procurador o senhor Gerçon Luiz Moreira dos Santos, portador da Cédula de Identidade nº 6.085.416-5 e do CPF/MF nº 839.692.419-87, residente e domiciliado na cidade Cascavel - PR, acordam e ajustam o presente contrato, nos termos da Lei N.º 8.666/93, de 21 de março de 1993, suas alterações subseqüentes e legislação pertinente, Licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 099/2017** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, observações e responsabilidades das partes.

Cláusula primeira – Do Objeto:

Aquisição de andadores de alumínio, cadeiras de rodas modelo Obeso e simples e pares de muletas para atender pacientes com deficiência/impossibilidade motora, no Município de Pato Bragado – PR, com recursos oriundos do Programa Vigia-Sus, sendo que as características mínimas dos materiais e equipamentos deverão ser as relacionadas abaixo:

Item	Qtd	Descrição dos produtos/equipamentos	Marca	V. Unit.	V. Global
01	05	Andador de Alumínio (Dobrável), articulado, com sete níveis de regulagem de altura, dobrável por um só pino de ajuste, ponteiros em borracha com peça metálica interna para reduzir o desgaste, aumentando a durabilidade e manopla fabricada em material macio, garantindo o conforto do usuário. Resistência: Até 130 kg Tamanho único: (usuários com altura entre 1,50 m a 2,00 m) Diferenciais: - Sete níveis de regulagem de altura, através de pinos de fácil ajuste. - Peça plástica interna para reduzir ruído. - Fabricado em alumínio anodizado espelhado, que não risca e não perde o brilho.	AG	160,00	800,00

		<p>Composição:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo: alumínio - Barras centrais: aço - Ponteira: borracha 			
02	02	<p>Cadeira de Rodas Modelo Obeso.</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: Fabricada em tubos de aço carbono ou alumínio reforçado com assento e encosto em nylon duplo, dobrável em X tubular reforçado, freios bilaterais zincados, aro impulsor bilateral, apoios para os braços escamoteáveis em nylon injetado, apoios para os pés removíveis e com regulagem de altura, em nylon injetado, rodas dianteiras aro 6, com pneus maciços, com rolamentos blindados duplo, rodas traseiras aro 24, com pneus infláveis com rolamentos blindado duplo, barra de reforço no quadro e caixa de rolamento, pintura epóxi texturizada (eletrostática).</p> <p>ESPECIFICAÇÕES Largura do assento: 52 cm Profundidade do assento: 41 cm Altura do encosto: 36 cm Altura do assento no chão: 52 cm Comprimento total da cadeira: 100 cm Largura total aberta: 71 cm Largura total fechada: 30 cm Altura do chão a manopla: 90 cm Altura do chão ao AP de braço: 69 cm Altura do assento ao AP de braço: 19 cm Capacidade máxima de peso: 130 Kg Peso da cadeira de rodas: 15 Kg Opções de cores: preto texturizado.</p>	PROLIFE	962,00	1.924,00
03	08	<p>Cadeira de Rodas Modelo Simples.</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS Fabricada em tubos de aço carbono reforçado com assento e encosto em nylon duplo, dobrável em X tubular reforçado, freios bilaterais zincados, aro impulsor bilateral, apoios para os braços escamoteáveis em nylon injetado, apoios para os pés removíveis e com regulagem de altura em nylon injetado, rodas dianteiras aro 6 com pneus maciços com rolamentos blindados duplo, rodas traseiras aro 24 com pneus maciço com rolamentos blindado duplo e pintura epóxi texturizada (eletrostática).</p> <p>ESPECIFICAÇÕES Largura do assento: 44 cm Profundidade do assento: 41 cm Altura do encosto: 36 cm Altura do assento no chão: 52 cm Comprimento total da cadeira: 95 cm Largura total aberta: 65 cm</p>	PROLIFE	438,00	3.504,00

		Largura total fechada: 30 cm Altura do chão a manopla: 90 cm Altura do chão ao AP de braço: 69 cm Altura do assento ao AP de braço: 19 cm Capacidade máxima de peso: 85 Kg Peso da cadeira de rodas: 12 Kg Opções de cores: preto texturizado.			
04	05	Par de Muleta Canadense Fixa Preta. Fabricada em alumínio, com apoio anatômico para as mãos, ponteira de borracha 3/4 longa; fabricada em alumínio fosco, Tamanho: Pode ser utilizada por pessoas e 1,50 à 2,00m. A muleta é de tamanho único (Com 10 Regulagens De Altura).	AG	81,20	406,00
05	8	Par de Muleta Axilar Em Alumínio Media. Haste: 100% Alumínio, Apoio de mão 100% Poliuretano, Apoio axilar 100% Poliuretano, Ponteira 100 % Borracha, regulável de 8 em 8cm; Altura Mínima: 1,25 m; Altura Máxima: 2,05 m.	AG	119,00	952,00

Cláusula segunda - Dos documentos aplicáveis e Fiscalização

Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão na Forma Presencial nº 099/2017, quanto a proposta datada de 14 de julho de 2017 adjudicada integram o presente Contrato de fornecimento, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem. A fiscalização deste Contrato ficará à cargo da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira:

O valor global deste Contrato será de R\$ 7.586,00 O pagamento será efetuado em até 30 dias após a efetiva entrega dos materiais e equipamentos, condicionados ao termo de aceitação da Secretaria Municipal de Saude.

- A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme Norma de Procedimento Fiscal expedida pela Receita Federal.
- Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número do Contrato e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasura e/ou entrelinhas.
- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- A liberação do pagamento poderá estar condicionada a apresentação de Negativas de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- O pagamento será efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência Bancária e a Conta Corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da mesma.

Cláusula quarta - Da Vigência do Contrato e do Crédito Orçamentário

O presente Contrato terá vigência de 06 (seis) meses, iniciando-se na data de assinatura da mesma, a qual não poderá ser prorrogada. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta dos recursos financeiros disponíveis nas seguintes Dotações Orçamentárias:

02.009 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1030414502071 – AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA VIGIASUS

3.3.90.30.36 – 6119 – Material Hospitalar – Fonte 1497

4.4.90.52.08 – 6120 – Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médico-Hospitalares e Laboratoriais – Fonte 1497

Cláusula Quinta – Direitos e Responsabilidades das Partes:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas, e da CONTRATADA:

- a) Fornecer os materiais e equipamentos no lugar e forma estabelecidos no contrato.
- b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- c) Manter as condições da proposta pelo tempo de validade da mesma.
- d) O contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Cláusula Sexta - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual:

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 0,5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- c) Multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 1% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de (estabelecer percentual);
- c) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.

Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo.

Cláusula Sétima – Da Rescisão:

O presente Contrato poderá ser rescindido caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

Cláusula Oitava – Legislação Aplicável

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e com as alterações subseqüentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Nona – Transmissão de Documentos:

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo, por correio eletrônico ou mediante transmissão de fac-símile. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

Cláusula Décima – Casos Omissos:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações da Contratada:

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:

O fornecedor deve declarar a marca dos materiais/equipamentos que vai entregar na hora da abertura da licitação, junto a proposta de preços.

Uma vez solicitado os materiais/equipamentos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, após a solicitação efetuada, junto a Secretaria Municipal de Saúde;

Garantia mínima de 06 (seis) meses, contados da data da entrega dos materiais/equipamentos.

O prazo de vigência do contrato de fornecimento será de até 06 (seis) meses, contados da data de assinatura do Termo Contratual.

Os materiais/equipamentos deverá (ão) obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

Os materiais/equipamentos serão solicitados pela Secretaria de Saúde e deverão ser entregues em parcela única junto a Sede da Secretaria.

Os materiais/equipamentos serão recebidos e conferidos pelo Setor de Compras do Município.

Cláusula Décima Segunda – Da Fraude e da Corrupção

O Contratado deve observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante o processo de execução deste Objeto Contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**pratica corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**pratica fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de execução de contrato;
- c) "**pratica colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "**pratica coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar a execução do contrato.
- e) "**pratica obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o CONTRATADO, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitira que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados a licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pato Bragado – PR., em 20 de julho de 2017.

MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO – CONTRATANTE

PHARMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CONTRATADO